

Relatório e Contas 2017

CREDITE-EGS- Corretores de Seguros, S.A.

Bernard Denieul

Lisboa, 28 de Março de 2018

Avenida da Igreja, n.º 42-5.º - 1700-239 LISBOA - Tel.: 00351 217 220 100 Fax: 00351 217 275 220

Loja: Av. de Moscavide, 36-A - 1885-061 MOSCAVIDE - Tel.: 00351 219 458 800 - Fax 00351 219 441 340

Mediador de Seguros inscrito em 27/01/2007 no registo do ASF com a Categoria de Corretor de Seguros, sob o n.º 607162049/3, e Mediador de Resseguros inscrito em 31/03/2015 no registo da ASF com a Categoria de Mediador de Resseguros sob o n.º 815421316/3 com autorização para os ramos Vida e Não Vida, registos verificáveis em www.asf.com.pt

NIPC: 503 699 128 - Matric. C.R.C. Lisboa n.º 5465/1996-08-05 - Cap. Soc.: €182.032,00

e-mail: geral@credite-egs.pt - www.credite-egs.pt - Associado da APROSE n.º 647



Índice

I – A ECONOMIA MUNDIAL	2
II – A ECONOMIA PORTUGUESA	4
III – O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL.....	6
IV – A CREDITE-EGS.....	8
FACTOS MARCANTES	8
O VOLUME DE NEGÓCIOS	8
INVESTIMENTOS	9
OS CUSTOS OPERATIVOS	9
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10
OS RECURSOS HUMANOS	10
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	11
OUTRAS PROVISÕES	11
OUTROS RENDIMENTOS	11
OS RESULTADOS	12
PERSPECTIVAS FUTURAS	12
V – FACTOS OCORRIDOS.....	13
VI – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	14
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	15

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o **RELATÓRIO DE GESTÃO**, bem como as contas referentes ao exercício de 2017, da sociedade **CREDITE EGS– Corretores de Seguros, S.A.**, sociedade registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 503 699 128.

I – A ECONOMIA MUNDIAL

Do ponto de vista político, o ano 2017 foi profundamente marcado pelos conflitos do Médio Oriente que opuseram por estados interpostos (Iraque, Síria e Iémen) as grandes potências locais, O Irão, a Arabia Saudita e a Turquia, esta última mais preocupada em aniquilar os combatentes Curdos (aliados dos Estados Unidos) armados e presentes na sua fronteira e considerados como terroristas por Ancara.

Assistimos também ao envolvimento expressivo da Rússia, tanto político como militar, ao lado do regime Sírio, seu aliado, procurando assim, no futuro próximo, dispor de uma presença estratégica no Mediterrâneo (portos e bases aéreas).

Devemos assinalar a derrota do Estado Islâmico, tendo quase desaparecido do Médio Oriente, mas renascendo mais a leste na Asia (Afeganistão, Paquistão, Filipinas e Indonésia) bem como na África subsariana.

Na América do Sul as atenções focalizaram-se na Venezuela que parece continuar a sua “descida ao inferno” e no Brasil que continua de deparar-se com uma crise política cujo final deverá talvez ocorrer com as próximas eleições no final de 2018.

O ano 2017 terá sido também marcado pela guerra de palavras entre o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump e o seu homólogo da Coreia do Norte, Kim Jong Un que levou a cabo a nuclearização do seu País e o desenvolvimento de mísseis balísticos aumentando assim, e de que maneira, a insegurança dos Estados Unidos e sobretudo dos seus aliados locais (Coreia do Norte e Japão).

O líder americano, com o seu estilo inconfundível, continuou as suas provocações e os ataques verbais constantes contra tudo e todos, mantendo um clima de instabilidade e de incertezas no mundo inteiro.

Na União Europeia, o BREXIT continua a dominar as atenções. As hesitações e as indefinições por parte dos negociadores Britânicos tendem a criar um clima de desconfiança e de incertezas sobre os impactos que a saída da Grande Bretanha da União irá provocar nas nossas economias.

Assistimos ainda a dois fenómenos cujas consequências políticas não são, por agora, bem conhecidas:

- Por um lado, a tendência de perda de influência dos partidos tradicionais de centro esquerda e de centro direita que governaram na Europa nas últimas décadas, em benefício de novos partidos ou movimentos, muitas vezes extremistas de esquerda ou de direita, e a dificuldade em obterem maiorias absolutas obrigando a alianças às vezes pouco habituais.

- Por outro lado, o crescimento de partidos ou movimentos populistas, xenófobos, pouco identificados com os nossos valores europeístas e que limitam cada vez mais a liberdade de expressão (nomeadamente na imprensa) e tutelam o poder judicial ao poder político, o que nos faz lembrar as horas mais sombras da nossa história europeia.

Do ponto de vista económico, a economia mundial acentuou a tendência de fortalecimento e consolidação, com uma previsão de crescimento a rondar os 3,7 %.

Esta aceleração foi global e notável na Europa e na Ásia (EU Zona Euro, + 2,4%, China +6,8 % e Países Emergentes incluído a Rússia +4,7 %).

Simultaneamente a inflação manteve-se moderada, o clima dos mercados financeiros estável, proporcionando assim boas condições financeiras aos investidores

Aliás, o comércio mundial progrediu graças a um aumento dos investimentos, principalmente nos países com economias avançadas, e à produção de produtos manufacturados na Ásia.

O ligeiro crescimento da inflação mundial é consequência do aumento dos preços do petróleo (+ 20 % entre 08-2017 e 12-2017), fruto das tensões geopolíticas no Médio Oriente e do prolongamento das restrições na produção decididas pelos acordos OPEP+ (o barril de petróleo atingiu os 60 dólares em meado de Dezembro de 2017).

Nos Estados Unidos e na Europa (zona Euro), os bancos centrais (FED e BCE) mantiveram as suas taxas directoras em níveis baixos o que foi muito favorável aos mercados de Ações e de Obrigações.

Nos Países emergentes (nomeadamente o Brasil) os índices de bolsa evoluíram também favoravelmente graças a uma melhoria da perspectiva das exportações dos Produtos de Base. Na União Europeia, o crescimento foi a consequência do reforço da procura interna e externa. O acento foi colocado sobre a luta contra os défices e as dívidas públicas, salientando a necessidade de reformas estruturais.

Sem atingir os excelentes níveis de emprego dos Estados Unidos e do Japão, a União Europeia reduziu o seu desemprego para 8.7 % da população activa.

II - A ECONOMIA PORTUGUESA

O Governo socialista do Primeiro-ministro António Costa cumpriu o seu segundo ano de actividade, continuando a beneficiar do apoio dos partidos à sua esquerda (PC e BE) o que constituiu, logo no início, uma solução inédita de governação baptizada então de “Geringonça”.

Quase tudo parecia correr de feição ao Governo que acumulava as boas notícias em termos económicos, até aos terríveis e devastadores incêndios florestais que assolaram o país em Junho e mais tarde em Outubro, causando a morte a uma centena de pessoas (e mais de 300 feridos) e deixando uma vasta área ardida de 442 mil hectares (a maior de sempre).

Na presença de um adiantado estado de secura por tudo o País e de condições meteorológicas adversas nunca vistas, tudo falhou. O Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) falhou e a Protecção Civil encarregada de coordenar os diversos meios disponíveis no terreno falhou também. Resultado disto tudo, uma grande tragédia.

Em termos económicos, ao contrário, o Governo marcou muitos pontos positivos. A começar pelo crescimento do PIB em 2,7 %, mais 1,1 % em relação ao ano anterior. Este crescimento ficou sobretudo a dever-se à aceleração dos investimentos, +8,4 %, e do consumo privado, +2,2 %, os dois em relação ao ano anterior.

Por sua vez o consumo público ficou estável em +0,1 %.

As exportações de bens e serviços tiveram um crescimento de 7,9 % sendo que as exportações de bens cresceram 6,8 % (4,5 % em 2016) e as de serviços cresceram 10,9 % (4,3 % em 2016). De notar o forte crescimento das exportações de turismo.

Na construção civil, um dos nossos mercados alvos, registámos um crescimento de 2,2 %, sendo a reabilitação uma alavanca deste mercado.

Com este dinamismo económico, o emprego cresceu 3,4 % e o desemprego diminuiu para 8,7 %.

A semelhança do que aconteceu na Zona Euro, a inflação manteve-se baixa, 1,47 %.

Finalmente o nosso défice público baixou para um valor inferior a -1,2 % (contra um objectivo do Governo de -1,5 %).

Registe-se, por fim e como única nota ainda negativa, a dívida pública que se mantém em valor elevado, 126,1 % do PIB, embora registando uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior, 130,1%, fruto dos reembolsos antecipados junto ao FMI.



Portugal, com estes bons resultados, viu a agência de notações Fitch juntar-se à S&P e à DBRS para atribuir à dívida soberana portuguesa um rating BBB, com Outlook estável, ou seja, um grau de investimento de qualidade e assim tirar Portugal do “lixo”.

III - O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL

Os prémios de seguros directos cresceram 4,1 % em relação ao ano anterior, sendo:

- De 3,2 % no Ramo Vida,
- De 5,6 % nos Ramos Não vida.

A produção de seguros directos atingiu 10,701 mil milhões de euros, continuando o Ramo Vida a liderar o ranking com 6,628 mil milhões de euros.

No Ramo Vida, 64 % da carteira são seguros de Investimento e os PPR representam 33 % da produção total.

A Estrutura da carteira dos Ramos não vida é a seguinte:

Ramo	% carteira	% crescimento
Automóvel	36	3.9
Doença	18	8.8
Incêndio e O.D.	18	0.4
Acidentes de Trabalho	16	11.5
Outros Ramos	12	7.6
	100	5.6

No Ramo Vida, os custos com sinistros atingiram 6,285 mil milhões de euros o que representa uma diminuição de 32,8 % em relação ao ano anterior, devido principalmente à redução dos resgates (- 34,2%) que mesmo assim constituem 52,9 % dos custos com sinistros.

Nos Ramos Não Vida, com custos de 2,959 mil milhões de euros, registámos um incremento de 9,8 % em relação a 2016. A razão essencial foi o crescimento dos sinistros ocorridos no Ramo Incêndio, cujos custos aumentaram 147 % e que representam 19 % da totalidade dos sinistros pagos e provisionados no decorrer do exercício. Lembramos que Portugal foi assolado por grandes Incêndios florestais.

Nos Acidentes de Trabalho, os custos diminuíram ligeiramente (0,36 %), mas continuam a ter um peso de 21,7 % na totalidade dos custos com sinistros.

O rácio de sinistralidade geral foi de 72,6 % contra 69,9 % em 2016.

Em Acidentes de Trabalho, o rácio de sinistralidade diminuiu para 97,2 % (contra 108,8 % no ano anterior), confirmando a lenta melhoria deste Ramo.

A sinistralidade do ramo Doença manteve-se estável com uma variação de -1,1 %.

O rácio de sinistralidade do ramo incêndio, pelas razões evocadas anteriormente, sofreu um aumento para 76,7 % contra 46,8 % em 2016, enquanto o ramo Automóvel fixou-se em 74,6 %.

Na composição das carteiras de activos representativos das provisões técnicas, as Obrigações Públicas (44 %) e privadas (27 %) continuam de ter um peso significativo.

Os Resultados líquidos do sector segurador cifraram-se em 350 milhões de euros (+ 120 % em relação ao exercício anterior).

O rácio de Requisito de Capital de Solvência (SCR) estabeleceu-se em 177 %, ou seja, mais 23 pontos percentuais em relação a 2016.

A cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) estabeleceu-se em 546 %, ou seja, + 11,8 % em relação a 2016.

IV - A CREDITE-EGS

FACTOS MARCANTES

Começaremos por lamentar, comovidamente o falecimento do Eng^o. Carlos Rhodes que foi, desde o nascimento da CREDITE e do Grupo até que gravíssima doença o atingiu, a alma das empresas, que valorizou com o seu dinamismo, os seus conhecimentos e as suas muitas qualidades de liderança.

Iniciado no ano anterior, finalizamos o RUN OFF do Projeto de Rede comercial, com a liquidação de despesas remanescentes pouco significativas.

Em 2017, introduzimos, por força do mercado, um novo meio de faturação da nossa Prestação de Serviços, os “FEES” negociados e pagos pelos clientes, em vez de comissões pagas pelas seguradoras. Sendo uma remuneração sujeita a IVA, tivemos a obrigação de emitir exclusivamente faturas em vez de recibos de comissões como anteriormente. Felizmente o nosso aplicativo de contabilidade (PHC) estava preparado para isto. Tivemos, no entanto, que desenvolver um programa para transferir automaticamente, para o aplicativo contabilístico, os dados necessários a partir do nosso aplicativo de Gestão de Seguros. A utilização deste módulo permitiu-nos também gerar automaticamente o ficheiro mensal normalizado SAFT-PT (Standard Audit File – Tax Purposes) para a Autoridade Tributária.

Finalmente, tivemos que mobilizar as nossas equipas para assegurar toda assistência necessária aos nossos clientes afetados pelos incêndios florestais, alguns com perda total.

O VOLUME DE NEGÓCIOS

No exercício de 2017, o nosso volume de negócios atingiu o valor de 2.971.838 euros, em crescimento de 4,48 %.

A distribuição, por tipo de remuneração foi de 97 % de comissões e 3 % de “FEES”.

O Nosso volume de negócios oriundo do Resseguro foi diminuto este ano, registando uma diminuição de 72,45 %.

A estrutura da nossa carteira, tanto em termos de ramos como em termos de sectores de atividade manteve-se estável. Doravante operamos também no sector da Extração Mineira.

A distribuição do volume de negócios, excetuando as comissões de resseguro, por ramos é a seguinte:

RAMO	VOLUME DE NEGOCIOS	%
Acidentes de Trabalho	606.284	20.6
Doença	388.493	13.2
All Risks	232.507	7.9
Multirriscos Incêndio	279.597	9.5
Outros Danos aos Bens	317.858	10.8
Automóvel	526.820	17.9
Responsabilidade Civil	270.768	9.2
Mercadorias Transportadas	38.261	1.3
Outros	282.541	9.6
TOTAL	2.943.128	100.0

INVESTIMENTOS

Em 2017 registou-se um aumento em ativos fixos tangíveis no montante aproximado de 9 mil euros relativo a aquisições de equipamento administrativo. A diminuição registada no montante de 22 mil euros respeita à alienação de uma viatura.

Os ativos intangíveis registaram um aumento aproximado de 48 mil euros que respeitam essencialmente à conclusão e transferência para ativos intangíveis dos investimentos em curso relativos ao desenvolvimento do projeto com o portal do cliente e do modelo sustentável.

OS CUSTOS OPERATIVOS

Registámos uma redução de 11,49 % no decorrer do exercício. Esta redução fez-se sentir em muitas rubricas das despesas.

No entanto as maiores diminuições, em valor absoluto, foram verificadas nas rubricas de **Gastos com o Pessoal e de Fornecimentos e Serviços Externos, nomeadamente os Trabalhos Especializados** (neste caso por interrupção do projeto de consequência da Rede Comercial).

9
ATE

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As despesas com *Fornecimentos e Serviços Externos* diminuíram 17,85 %, nomeadamente a rubrica de *Trabalhos Especializados* a sofrer uma diminuição de 43,8 %, ou seja, menos 177.860 euros (só a cessação do Projeto de Rede Comercial representa 75 % da poupança realizada).

Nas outras rubricas de *Fornecimentos e Serviços Externos*, constatámos que a maior descida registou-se com as *Comissões*, -17,84 %, ou seja, menos 39.305 euros. A introdução dos “FEES” nas nossas prestações de serviços afetou também as remunerações de alguns dos nossos mediadores exclusivos.

As *Deslocações e Estadas* aumentaram 6,35 % devido, essencialmente, às deslocações dos nossos colaboradores cujas despesas cresceram em 230 %. A Assistência a novos clientes em zonas regionais mais afastadas de Lisboa e as numerosas intervenções por sinistros, nas zonas afetadas pelos incêndios florestais, foram as principais causas deste aumento.

Os Serviços Diversos, por sua parte, sofreram um aumento de 3,44 %. Duas rubricas concentram os maiores crescimentos:

- *Rendas e Alugueres*, + 2,9 %, nomeadamente as Rendas pagas para as instalações da Sede, na Avenida da Igreja, 42, que contratualmente integram um conjunto de aumentos pré-definidos importantes nos primeiros 5 anos,
- *Comunicações*, + 23,2 %, devido a um maior número de computadores portáteis equipados com placa de comunicação 4G e de telemóveis, e por uma utilização mais frequente, também devido às mesmas razões evocadas para justificar o aumento das deslocações do pessoal.

OS RECURSOS HUMANOS

Registámos uma redução, na sua globalidade, de 10,92 %, apesar de ter recorrido a contratação de pessoal a prazo certo (2) por tarefas pontuais e substituição de pessoal ausente por baixas prolongadas (3).

Por outro lado, ao inverso do que ocorreu o ano anterior, a saída de um colaborador (com salário alto) por reforma teve um impacto benéfico.

No final do ano, foi constituído uma provisão por gratificação do pessoal, a pagar em 2018 a título do exercício de 2017, de 72.268,85 euros.

GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Estes gastos cresceram 4,87 % que se deve essencialmente à conclusão em 2017 de ativos intangíveis em curso e que no corrente exercício foram registados em ativos intangíveis, nomeadamente o “Portal de Clientes” e a finalização do projeto “Modelo Sustentável”.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Estas despesas sofreram um aumento de 7 % e são desdobradas como segue:

Outros Gastos e Perdas	2017	2016
Impostos	61.543,17	57.221,71
Correções relativas a exercícios anteriores	12.875,98	6.625,19
Diferenças de câmbios desfavoráveis	1.809,53	4.614,22
Donativos e Quotizações	2.531,92	3.270,00
Outros	8.587,17	13.134,77
Total	87.347,77	81.628,59

OUTRAS PROVISÕES

Foi constituída uma provisão de 33.585,73 euros para fazer face a uma reclamação em tribunal exercida pela seguradora AGEAS contra um cliente nosso que pretende, caso for condenado, exercer o direito de regresso.

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos acendem a 21.808,44 euros e se distribuem como segue:

Outros Rendimentos	2017	2016
Juros Obtidos	127,12	1.035,73
Correções relativas a exercícios anteriores	11.428,72	3.273,67
Alienação de ativos fixos tangíveis	7.000,00	41.417,14
Outros	3.252,60	15.740,73
Total	21.808,44	61.467,27

OS RESULTADOS

Os resultados antes de Depreciação e Gastos de financiamentos e Impostos são de 536.235,53 euros.

O Resultado Operacional após Depreciações e Amortizações é de 440.576,65 e os Juros e Gastos similares suportados sendo de 2.644,56 euros.

O Resultado antes dos Impostos é de 437.932,09 euros e o **Resultado Líquido** do exercício ascende a 269.344,26 euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No final do ano 2017, conseguimos renovar a totalidade da nossa carteira pelo que o nosso primeiro objetivo será de manter a qualidade dos nossos procedimentos e aumentar o grau de satisfação dos nossos clientes. Procuraremos também conquistar novos clientes.

Por outro lado, deveremos estar em perfeita condição de operar no total respeito do novo RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais) que entra em vigor em maio 2018, e prepararmo-nos para a nova Diretiva Europeia dos Seguros.

V – FACTOS OCORRIDOS

À exceção do falecimento do Eng^o. Carlos Rhodes, já referido anteriormente, não ocorreram quaisquer factos relevantes após o encerramento das contas que requeiram ajustamentos nas Demonstrações Financeiras.

VI – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

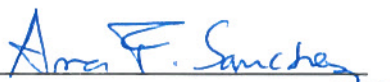
A Administração em exercício, propõe que o resultado líquido do exercício de 269.344,26 euros, seja distribuído na integralidade ao seu acionista CREDITE-EGS, SGPS, SA.

A Administração da Sociedade gostaria de agradecer a todas as entidades que colaboraram com a **CREDITE-EGS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, pelo apoio e confiança na sociedade. A Administração da Sociedade gostaria ainda de expressar um agradecimento especial aos seus colaboradores, pelo empenho que demonstraram em cada dia da sua colaboração.

Lisboa, 28 de março de 2018

O Conselho de Administração:

**Vogal Conselho de
Administração**



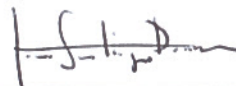
Ana Maria Carreira Chorão de Carvalho
Formosinho Sanchez

**Vogal Conselho de
Administração**



Celso Fernando de Almeida Cardoso do
Amaral

**Vogal Conselho de
Administração**



Joana Santiago Domingos

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017 a que se refere o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

a) Membros dos Órgãos de Administração não são detentores de ações da Sociedade

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017 a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

b) Lista de acionistas detentores de mais de 10% do Capital Social da Sociedade:

Acionistas	N.º Ações	%
CREDITE-EGS, SGPS, S.A.	182 032	100%

Não ocorreram durante o exercício compra ou venda de ações da empresa por parte dos Administradores.

Não existiram negócios entre a empresa e os seus Administradores.

Lisboa, 28 de Março de 2018

O Conselho de Administração:

**Vogal Conselho de
Administração**



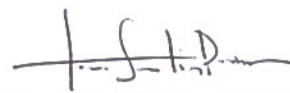
Ana Maria Carreira Chorão de Carvalho
Formosinho Sanchez

**Vogal Conselho de
Administração**



Celso Fernando de Almeida Cardoso do
Amaral

**Vogal Conselho de
Administração**



Joana Santiago Domingos

**Balanço - (modelo normal) em
31/12/2017
(montantes em euros)**

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

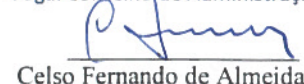
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.1	80 301,51	123 191,94
Ativos intangíveis	6.1	47 326,79	73 654,63
Outros investimentos financeiros		384,10	451,07
		128 012,40	197 297,64
Ativo corrente			
Cientes	13.1	482 847,52	403 882,03
Estado e outros entes públicos	13.4		9 701,94
Outros créditos a receber	13.1	346 136,79	365 814,10
Diferimentos	13.3	34 243,44	21 027,25
Caixa e depósitos bancários	4.1	1 390 448,19	614 475,04
		2 253 675,94	1 414 900,36
Total do ativo		2 381 688,34	1 612 198,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14.3	182 032,00	182 032,00
Reservas legais	14.3	53 405,33	53 405,33
Outras reservas	14.3	99 338,84	99 338,84
Resultados transitados	14.3	1 205 379,65	1 237 073,73
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	14.3	(800 211,88)	(800 211,88)
Resultado líquido do período	14.3	269 344,26	(31 694,08)
Total do capital próprio		1 009 288,20	739 943,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10.1	33 585,73	
		33 585,73	
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	17 211,60	71 648,77
Estado e outros entes públicos	13.4	213 822,67	67 487,08
Financiamentos obtidos	13.1	100 000,00	165 152,73
Outras dividas a pagar	13.1	979 372,50	567 965,48
Diferimentos	13.3	28 407,64	
		1 338 814,41	872 254,06
Total do passivo		1 372 400,14	872 254,06
Total do capital próprio e do passivo		2 381 688,34	1 612 198,00

Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão

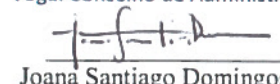
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração

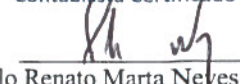

Celso Fernando de Almeida

Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

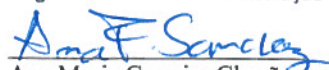

Paulo Renato Marta Neves

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo normal) do período de 2017
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de
Seguros, SA**

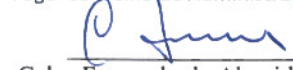
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9.1	2 971 838,40	2 844 416,05
Fornecimentos e serviços externos	17.1	(942 519,11)	(1 147 352,90)
Gastos com o pessoal	15.1	(1 393 958,70)	(1 564 772,96)
Provisões (aumentos/reduções)	10.1	(33 585,73)	
Aumentos/reduções de justo valor			(23,51)
Outros rendimentos	9.1	21 808,44	61 467,27
Outros gastos	17.2	(87 347,77)	(81 628,59)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		536 235,53	112 105,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1 ; 7.1	(95 658,88)	(91 214,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		440 576,65	20 890,56
Juros e gastos similares suportados	13.1	(2 644,56)	(2 375,65)
Resultado antes de impostos		437 932,09	18 514,91
Imposto sobre o rendimento do período	12.1	(168 587,83)	(50 208,99)
Resultado líquido do período		269 344,26	(31 694,08)

Vogal Conselho de Administração



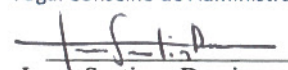
Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração



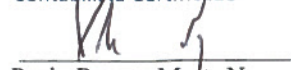
Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração



Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

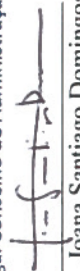


Paulo Renato Matta Neves

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2016**
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 1		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 152 416,79		(800 211,88)	84 656,94	771 638,02		771 638,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								84 656,94			(84 656,94)			
2								84 656,94			(84 656,94)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3											(31 694,08)	(31 694,08)		(31 694,08)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3											(31 694,08)	(31 694,08)		(31 694,08)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
5														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6=1+2+3+5		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 237 073,73		(800 211,88)	(31 694,08)	739 943,94		739 943,94

Vogal Conselho de Administração  Ana Maria Carreira Chorrão de Carvalho Formosinho Sanchez	Vogal Conselho de Administração  Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral	Vogal Conselho de Administração  Joana Santiago Domingos	Contabilista Certificado  Paulo Renato Maria Neves
---	---	---	--

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2017
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 237 073,73		(800 211,88)	(31 694,08)	739 943,94		739 943,94
14 ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(31 694,08)			31 694,08			
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(31 694,08)			31 694,08			
8 RESULTADO INTEGRAL														
9=7+8											269 344,26	269 344,26		269 344,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
10											269 344,26	269 344,26		269 344,26
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 205 379,65		(800 211,88)	269 344,26	1 009 288,20		1 009 288,20

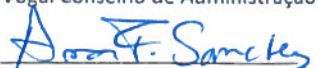
Vogal Conselho de Administração	Vogal Conselho de Administração	Vogal Conselho de Administração	Contabilista Certificado
			
Ana Maria Carreira Chorrão	Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral	Joana Santiago Domingos	Paulo Renato Maria Neves

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31/12/2017
(montantes em euros)**

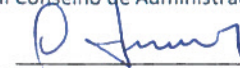
**Credite - EGS - Corretores de Seguros,
SA**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		2 944 283,78	2 584 357,84
Pagamentos a fornecedores		1 231 748,21	1 154 486,62
Pagamentos ao pessoal		801 506,13	1 462 032,44
Caixa gerada pelas operações		911 029,44	(32 161,22)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		9 617,94	(77 153,95)
Outros recebimentos/pagamentos		(122 422,31)	119 019,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		798 225,07	9 704,48
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		8 936,48	61 272,33
<i>Ativos intangíveis</i>		17 504,13	33 846,89
<i>Investimentos financeiros</i>		293,87	222,44
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		7 000,00	20 000,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		127,12	1 035,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(19 607,36)	(94 083,49)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>		2 644,56	2 376,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(2 644,56)	2 376,24

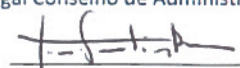
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

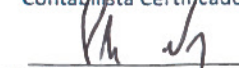
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Maria Neves

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31/12/2017
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de Seguros,
SA**

Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	775 973,15	(82 002,77)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	614 475,04	696 477,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 390 448,19	614 475,04

Vogal Conselho de Administração



Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração



Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração



Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado



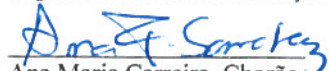
Paulo Renato Marta Neves

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CREDITE EGS - Corretores de Seguros, SA

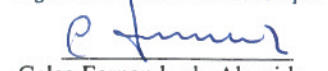
ANO : 2017

Vogal Conselho de Administração



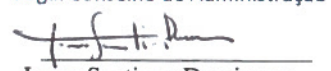
Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração



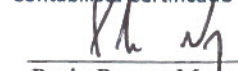
Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração



Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado



Paulo Renato Marta Neves

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Credite EGS - Corretores de Seguros, SA
Endereço eletrónico: Geral@Credite-EGS.pt
Página da internet: www.credite-egs.pt/

1.2. Sede

Sede social: Avenida da Igreja, nº 42, 5º, 1700-239 Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Atividades de mediadores de seguros (CAE 66220)

1.4. Empresa -mãe final

Designação da empresa mãe: Credite EGS SGPS, SA
Sede da empresa-mãe: Lisboa, Portugal

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

A Credite EGS – Corretores de Seguros, SA, passou a ser considerada uma Pequena Entidade, de acordo com as alterações legalmente impostas, ainda assim a sociedade continuou a utilizar em 2016 o referencial de normalização contabilística, pelo que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

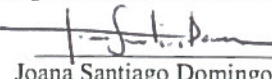
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

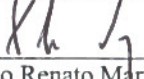
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não houve no período apresentado quaisquer derrogações ao Sistema de Normalização Contabilística.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras, estão apresentadas em conformidade com os diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística, sendo, portanto, comparáveis.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras ou nas notas às demonstrações financeiras. Não houve no período apresentado quaisquer eventos subsequentes que devam ser referidos.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2017 não há perdas de imparidade a reportar. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas",

Vogal Conselho de Administração

Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração

Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração

Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

Paulo Renato Marta Neves

consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

As vidas úteis dos Activos fixos Tangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Edifícios e Outras Construções - 10 anos;
- Equipamento Básico - entre 5 e 8 anos;
- Equipamento de Transporte - 4 anos;
- Equipamento Administrativo - entre 3 e 8 anos;
- Outros Activos Fixos Tangíveis - entre 3 e 10 anos.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2016 não há perdas de imparidade a reportar.

Existem ativos intangíveis, cujo valor líquido contabilístico ascende ao valor aproximado de 31 mil euros, relativo ao "Modelo Sustentável" que apesar de não se encontrarem em funcionamento existe intenção da Administração de serem utilizados a curto prazo, pelo que é nossa convicção que não existem perdas de imparidade a registar.

As depreciações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As vidas úteis dos Activos Intangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Projetos de desenvolvimento - 3 anos;
- Programas de Computador - 3 anos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 15 000,00 € de matéria colectável, e 21% sobre o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Não se verificaram activos e/ou passivos por impostos diferidos materialmente relevantes pelo que não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os activos e os passivos financeiros são classificados ao custo.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não Sejam ou Não Incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros ao custo incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;

Vogal Conselho de Administração

Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração

Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração

Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

Paulo Renato Marta Neves

- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.
- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

Em 2017 registou-se uma provisão relacionada com um processo judicial entre as entidades Ageas e Parque Escolar, que poderá levar à Credite EGS – Corretores de Seguros, SA a devolver comissões recebidas da Parque Escolar.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Investimentos financeiros

As entregas mensais para o FCT (Fundo de Compensação de Trabalho), efetuadas pela entidade empregadora é investimento financeiro, que só será anulado no momento da cessação do contrato de trabalho (ou por atualizações do justo valor). Foi acumulado o valor de 744,94 € em 2017 e reembolsado o valor de 360,84 €, perfazendo o total de 384,10 €.

- Rédito e Regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica.

- Imparidade

Efectuaram-se testes de imparidade, de acordo com a NCRF 12, às principais rubricas do activo, registando-se no período apresentado uma perda por imparidade relativa a outros devedores.

A dívida do cliente Mapfre Espanha, no montante de 17 mil euros, cuja dívida já é anterior ao corrente exercício, ainda não foi recebida uma vez que é necessário a autorização por parte do Banco Central do México. A dívida do cliente AIG Portugal no montante de 28 mil euros não foi recebida à data do fecho das contas, uma vez que aguarda

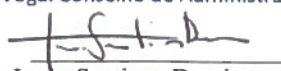
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

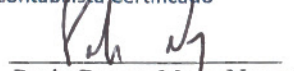
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Manta Neves

aprovação por parte do Banco de Angola do envio de divisas. É convicção da Administração que nenhuma das situações anteriormente referidas oferecem dúvidas quanto ao seu recebimento, pelo que entendemos que não existem perdas de imparidade de dívidas a receber a registar.

- Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos dos clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

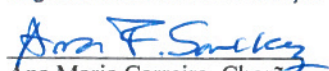
Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 - Fluxos de caixa

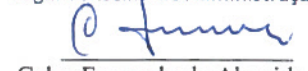
4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	6 876,92	60 873,28	32 508,89	35 241,31
Depósitos à ordem	468 125,92	23 241 179,86	22 682 574,49	1 026 731,29
Outros depósitos bancários	139 472,20	250 003,39	61 000,00	328 475,59
Total	614 475,04	23 552 056,53	22 776 083,38	1 390 448,19

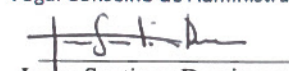
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

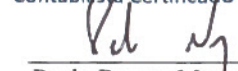
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Maria Neves

4.2. Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indeminizações seguros não vida		
Subsídios à exploração		
Imposto sobre o rendimento	9 701,94	
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	84,00	77 153,95
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso		

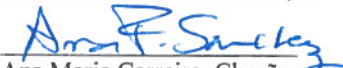
5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

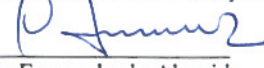
5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

Descrição	Texto
Participa no capital de outras pessoas coletivas? (Sim/Não)	Não
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique a entidade controladora final:	
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
NIF	508057965
Sede (País)	PT
Existem pessoas coletivas que participam indiretamente no capital da entidade? (Sim/Não)	Não
A entidade participa indiretamente no capital de outras pessoas coletivas?	Não

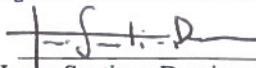
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

5.1.2. Entidades participantes

5.1.2.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	100,000000%
Total	100,000000%

5.1.2.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	508057965
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
Sede (País)	PT
CAE	6420
Part. direta capital (%)	100,000000%
Part. direta direitos voto (%)	100,000000%
Data de início da participação	17/02/2007

5.2. Transações entre partes relacionadas

5.2.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de acionistas/sócios	272 620,43					(3 587,42)	

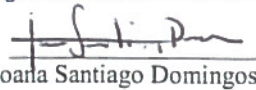
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

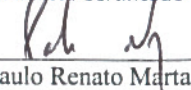
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

6.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		145 294,34	87 591,04					232 885,38
Amortizações acumuladas totais no fim do período		99 305,04	86 253,55					185 558,59
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		99 439,94	85 584,91			30 356,40		215 381,25
Amortizações acumuladas		61 226,73	80 499,89					141 726,62
Saldo no início do período		38 213,21	5 085,02			30 356,40		73 654,63
Variações do período		7 776,09	(3 747,53)			(30 356,40)		(26 327,84)
Outras aquisições			2 006,13			15 498,00		17 504,13
Total de aumentos			2 006,13			15 498,00		17 504,13
Amortizações do período		38 078,31	5 753,66					43 831,97
Total diminuições		38 078,31	5 753,66					43 831,97
Transferências de ativos intangíveis em curso		45 854,40						45 854,40
Outras transferências						(45 854,40)		(45 854,40)
Saldo no final do período		45 989,30	1 337,49					47 326,79

Conforme referido na nota 3.1, existem ativos intangíveis, cujo valor líquido contabilístico ascende ao valor aproximado de 31 mil euros, relativo ao "Modelo Sustentável" que apesar de não se encontrarem em funcionamento existe intenção da Administração de serem utilizados a curto prazo, pelo que é nossa convicção que não existem perdas de imparidade a registar.

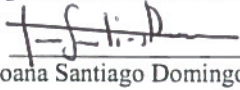
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

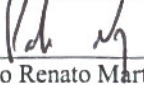
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte

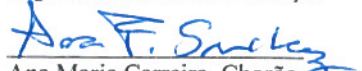
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		57 860,10	3 236,10	428 804,36	591 137,44		13 558,23			1 094 596,23
Depreciações acumuladas		22 599,40	2 990,40	372 747,04	560 293,54		12 773,91			971 404,29
Saldo no início do período		35 260,70	245,70	56 057,32	30 843,90		784,32			123 191,94
Variações do período		(4 798,48)	(245,70)	(30 713,27)	(6 606,45)		(526,53)			(42 890,43)
Total de aumentos					8 936,48					8 936,48
Aquisições em primeira mão					8 936,48					8 936,48
Total diminuições		4 798,48	245,70	30 713,27	15 542,93		526,53			51 826,91
Depreciações do período		4 798,48	245,70	30 713,27	15 542,93		526,53			51 826,91
Alienações				(22 378,01)						(22 378,01)
Outras transferências		0,00		22 378,01	0,00					22 378,01
Saldo no fim do período		30 462,22		25 344,05	24 237,45		257,79			80 301,51
Valor bruto na fim do período		57 860,10	3 236,10	406 426,35	600 073,92		13 558,23			1 081 154,70
Depreciações acumuladas na fim do período		27 397,88	3 236,10	381 082,30	575 836,47		13 300,44			1 000 853,19

8 - Locações

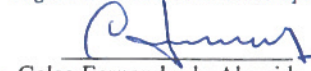
8.1. Locações operacionais — locatários

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
704587	BMW RENTING (Portugal), Lda	BMW 420 77-QO-47	50 284,65	Não
48730377	Volkswagen Bank	Volkswagen Golf 84-QZ-76	46 907,56	Não

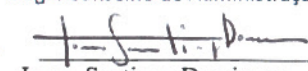
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

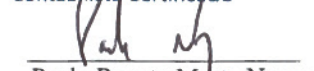
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

9 - Rédito

9.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2 971 838,40	2 844 416,05
Juros	127,12	1 035,73
Outros réditos	21 681,32	60 431,54
Total	2 993 646,84	2 905 883,32

A diminuição de outros rendimentos face ao exercício anterior tem a ver essencialmente com o ganho relativo   venda de ativos fixos tangíveis em 2016.

Os outros réditos discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Diferenças de câmbio favoráveis	312,12	2 700,60
Alienação de ativos fixos tangíveis	7 000,00	41 417,14
Juros	127,12	1 035,73
Outros rendimentos	14 241,98	16 313,80
Total	21 681,32	61 467,27

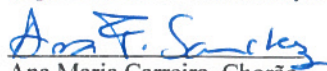
10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1. Saldos   data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte

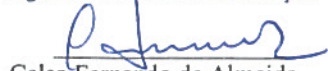
Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período									
Variações no período									
Aumentos do período									
Diminuições do período									
Saldo no fim do período								33 585,73	33 585,73
Passivos contingentes									
Ativos contingentes									

Em 2017 registou-se uma provisão relacionada com um processo judicial entre as entidades Ageas e Parque Escolar, que poderá levar a Credite EGS- Corretores de Seguros, SA a devolver comissões recebidas da Parque Escolar.

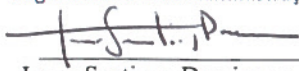
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

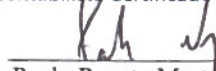
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

11 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- 11.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados e nos capitais próprios (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte

Descrição	Capitais Próprios	Resultados	Cap. Próprios Per. Anterior	Resultados Per. Anterior
Saldo no início do período				
Movimentos do período				
Diferenças de câmbio favoráveis		312,22		2 700,60
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1 809,53		4 614,22
Saldo no final do período				

- 11.2. Relação das taxas de conversão utilizadas e respetivas taxas históricas

Nome da moeda	Taxa de fecho
Franco Suíço	0,8546
Libra Esterlina	1,1271
Escudo cabo Verde	0,0091
Dólar EUA	0,8338
Kwanza Angolano	0,0054
Coroa Dinamarquesa	0,1343
Meticais Moçambique	0,0142
Peso Argentino	0,0428

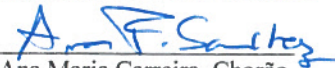
12 - Impostos e contribuições

- 12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento

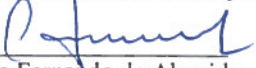
Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	437 932,09	18 514,91
Imposto corrente	168 587,83	50 208,99
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	168 587,83	50 208,99
Tributações autónomas	51 046,50	49 831,18
Taxa efetiva de imposto	38,49	271,18

Não existem quaisquer dívidas em mora nem ao Estado nem à Segurança Social.

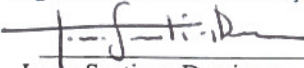
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

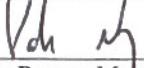
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Mafta Neves

12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

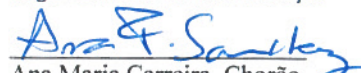
Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	115,78	168 587,83	59 910,93	50 208,99
Pagamentos por conta	84,00		59 652,00	
<i>Pagamentos normais</i>	<i>84,00</i>		<i>59 652,00</i>	
Retenções efetuadas por terceiros	31,78		258,93	
Imposto estimado		168 587,83		50 208,99
Retenção de impostos sobre rendimentos		19 055,18		32 835,51
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		3 471,47		
Contribuições para a Segurança Social		22 821,56		34 649,48
Outras tributações		2,41		2,09
Total	115,78	213 938,45	59 910,93	117 696,07

13 - Instrumentos financeiros

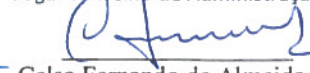
13.1. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			828 984,31		
Clientes			482 847,52		
Acionistas			272 620,43		
Outras contas a receber			73 516,36		
Passivos financeiros:			1 096 584,10		
Fornecedores			17 211,60		
Acionistas			3 587,42		
Financiamentos obtidos			100 000,00		
Outras contas a pagar			975 785,08		
Ganhos e perdas líquidos:			(1 502,78)		
De ativos financeiros			312,22		
De passivos financeiros			(1 815,00)		
Rendimentos e gastos de juros:			(2 517,44)		
De ativos financeiros			127,12		
De passivos financeiros			(2 644,56)		

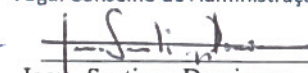
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

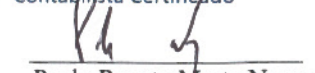
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

A rubrica acionistas discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Acionistas	272 620,43	202 378,95
Credite EGS SGPS, SA	272 620,43	202 378,95

A rubrica outras contas a receber discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outras contas a Receber	73 516,36	152 545,41
Fornecedores	4 121,75	121,13
Pessoal	4 930,00	19 837,10
Outras Contas a Receber	107 546,99	175 669,56
Imparidades	(43 082,38)	(43 082,38)

A rubrica outras contas a pagar discrimina-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outras contas a Pagar	975 785,08	560 181,22
Clientes	523 545,57	229 127,21
Pessoal	0,00	56 657,32
Outras Contas a Pagar	495 321,89	317 479,07
Imparidades	(43 082,38)	(43 082,38)

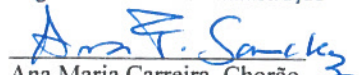
A rubrica de Financiamentos Obtidos respeita a uma conta caucionada no Montepio Geral que foi utilizada em Novembro de 2017 pelo que foi considerado no passivo corrente. Este financiamento obtido tem uma garantia prestada ao Montepio Geral no valor de 150 mil euros.

Conforme referido na nota 3.1, a dívida do cliente Mapfre Espanha, no montante de 17 mil euros, cuja dívida já é anterior ao corrente exercício, ainda não foi recebida uma vez que é necessário a autorização por parte do Banco Central do México. A dívida do cliente AIG Portugal no montante de 28 mil euros não foi recebida à data do fecho das contas, uma vez que aguarda aprovação por parte do Banco de Angola do envio de divisas. É convicção da Administração que nenhuma das situações anteriormente referidas oferecem dúvidas quanto ao seu recebimento, pelo que entendemos que não existem perdas de imparidade de dívidas a receber a registar.

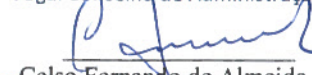
13.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
Montepio Geral	Garantia ASF	18 760,00
Montepio Geral	Garantia ASF	18 800,00

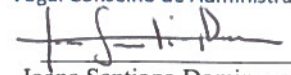
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

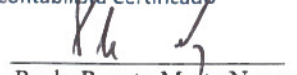
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

13.3. Diferimentos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Diferimentos - Ativo	34 243,44	21 027,25
Rendas	4 097,72	4 176,60
Seguros	28 211,69	16 850,65
Outros	1 934,03	0,00

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Diferimentos - Passivo	28 407,64	0,00
Rendimentos a Reconhecer - Comissões	28 407,64	0,00

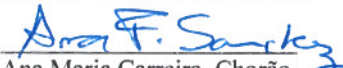
A rubrica Rendimentos a reconhecer respeita ao montante faturado pela empresa em 2017 e considerado pelas seguradoras em 2018. Este ajustamento tem por base as declarações de rendimentos de 2017 das Seguradoras.

13.4. Estado outros entes públicos

Saldos devedores	Valor Período	V. Período Anterior
Total	0,00	9 701,94
IRC a Recuperar	0,00	9 701,94

Saldos credores	Valor Período	V. Período Anterior
Total	213 822,67	67 487,08
IRC a Pagar	168 472,05	
Retenção de impostos sobre rendimentos	19 055,18	32 835,51
IVA a Pagar	3 471,47	
Contribuições para a segurança social	22 821,56	34 649,48
Outras tributações	2,41	2,09

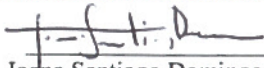
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Maria Neves

14 – Capital próprio

14.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social é de 182 032,00€ encontrando-se integralmente realizado.

14.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social encontra-se repartido por 182 032 ações nominativas, de valor nominal de 1 euro, sendo 173 397 ações da Série I e 8 635 ações da série II.

14.3. Movimentos do período

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	182 032,00			182 032,00
Reservas legais	53 405,33			53 405,33
Outras reservas	99 338,84			99 338,84
Resultados transitados	1 237 073,73	31 694,08		1 205 379,65
Ajustamentos em ativos financeiros	(800 211,88)			(800 211,88)
Resultado líquido do período	(31 694,08)		301 038,34	269 344,26
Total	739 943,94	31 694,08	301 038,34	1 009 288,20

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. O valor das reservas legais já corresponde a 20% do capital social.

OUTRAS RESERVAS

Resultam da aplicação dos resultados positivos obtidos em exercícios transatos, tomada em assembleia-geral de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral em 31 de Março de 2017, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foi decidido que o resultado líquido negativo de 31 694,08 € referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados

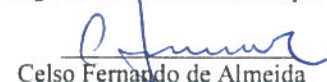
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Resulta de ajustamentos efetuados decorrentes da passagem de POC para SNC e de fusões das empresas ODGEST e A MARTINS entre outros.

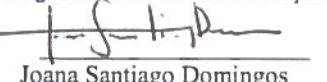
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

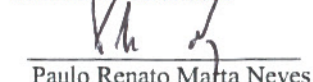
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

15 - Benefícios dos empregados

15.1. Número médio de empregados e gastos de pessoal

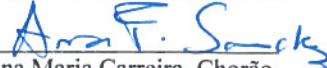
15.1.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	32,00	61 440,00
Pessoas remuneradas	32,00	61 440,00
Pessoas não remuneradas		
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	32,00	61 440,00
Pessoas a tempo completo	32,00	61 440,00
(das quais pessoas remuneradas)	32,00	61 440,00
Pessoas na tempo parcial		
(das quais pessoas remuneradas)		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	32,00	61 440,00
Masculino	13,00	24 960,00
Feminino	19,00	36 480,00

15.1.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 393 958,70	1 564 772,96
Remunerações dos órgãos sociais	203 015,90	174 894,81
Remunerações do pessoal	881 622,52	957 300,21
Indemnizações		82 086,25
Encargos sobre as remunerações	237 706,17	274 363,50
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	57 059,82	54 889,13
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	14 554,29	21 239,06
- formação		18 644,53

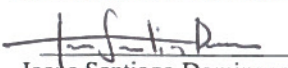
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

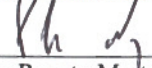
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

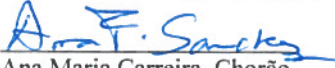
16.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 971 838,40	2 971 838,40
Fornecimentos e serviços externos	942 519,11	942 519,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 393 958,70	1 393 958,70
Remunerações	1 084 638,42	1 084 638,42
Outros gastos	309 320,28	309 320,28
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	80 301,51	80 301,51
Total das aquisições	8 936,48	8 936,48
Propriedades de investimento		

Período anterior

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 844 416,05	2 844 416,05
Fornecimentos e serviços externos	1 147 352,90	1 147 352,90
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 564 772,96	1 564 772,96
Remunerações	1 132 195,02	1 132 195,02
Outros gastos	432 577,94	432 577,94
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	123 191,94	123 191,94
Total das aquisições	61 272,33	61 272,33
Propriedades de investimento		
Total das aquisições	33 000,00	33 000,00
(das quais edifícios e outras construções)	33 000,00	33 000,00

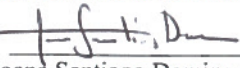
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

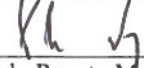
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

16.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 943 127,97	28 710,43		2 971 838,40
Fornecimentos e serviços externos	942 519,11			942 519,11
Aquisições de ativos fixos tangíveis	8 936,48			8 936,48
Aquisições de ativos intangíveis	17 504,13			17 504,13
Rendimentos suplementares:				

Período anterior

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 740 189,39	104 226,66		2 844 416,05
Fornecimentos e serviços externos	1 147 352,90			1 147 352,90
Aquisições de ativos fixos tangíveis	61 272,33			61 272,33
Aquisições de propriedades de investimento	33 000,00			33 000,00
Aquisições de ativos intangíveis	33 846,89			33 846,89
Rendimentos suplementares:				

16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os Resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

- Administração

Relativamente aos seus administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou

Vogal Conselho de Administração

Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração

Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração

Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

Paulo Renato Marta Neves

quaisquer adiantamentos de remunerações.

- Garantias

Existem as seguintes GARANTIAS REAL (não hipotecário):

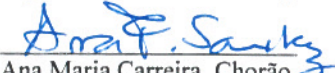
Banco Montepio Geral - 150 000,00 €

Banco Montepio Geral - 2 300,00 €

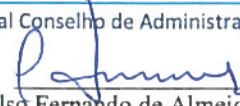
- Data para emissão das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 2017 no dia 28 de Março de 2018.

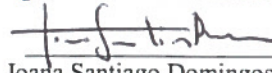
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado

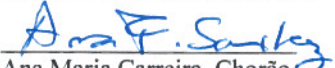

Paulo Renato Mafta Neves

17 - Outras informações

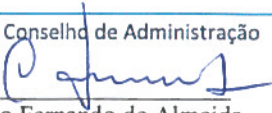
17.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	566 837,34	780 415,16
Trabalhos especializados	227 850,56	411 532,54
Publicidade e propaganda	76 183,33	74 060,23
Vigilância e segurança	277,24	527,81
Honorários	40 819,53	41 147,86
Comissões	180 957,63	220 262,95
Conservação e reparação	34 910,21	31 247,15
Outros	5 838,84	1 636,62
Materiais	60 038,77	62 988,72
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15 016,02	22 528,96
Livros e documentação técnica	411,36	
Material de escritório	19 805,91	24 050,94
Artigos para oferta	24 805,48	16 408,82
Energia e fluidos	37 332,87	37 049,04
Electricidade	7 214,94	7 712,34
Combustíveis	29 848,61	29 271,10
Água	269,32	65,60
Deslocações, estadas e transportes	81 544,63	76 673,56
Deslocações e estadas	81 544,63	76 673,56
Serviços diversos	196 765,50	190 226,42
Rendas e alugueres	73 433,41	71 362,58
Comunicação	59 835,20	48 566,85
Seguros	16 504,98	14 473,24
Contencioso e notariado	2 683,23	2 655,21
Despesas de representação	27 533,69	36 716,46
Limpeza, higiene e conforto	16 750,39	16 452,08
Outros serviços	24,60	
Total	942 519,11	1 147 352,90

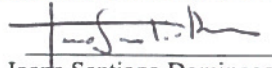
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

17.2. Discriminação dos outros gastos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Impostos diretos	0,00	510,00
Impostos indiretos	59 993,17	55 211,71
Taxas	1 550,00	1 500,00
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	12 875,98	6 625,19
Donativos	278,92	1 140,00
Quotizações	2 253,00	2 130,00
Diferenças de pagamento de segurados	1 789,92	476,47
Indemnizações a segurados	132,00	4 273,74
Coimas	984,77	170,00
Gastos não documentados	3 203,87	3 038,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 809,53	4 614,22
Outros	2 476,61	1 938,63
Total	87 347,77	81 628,59

17.3. Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, atingiram em 2017, o montante de 10 745,28 €.

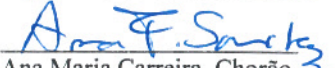
17.4. Processos Judiciais em curso contra a empresa

Não existem processos judiciais em curso contra a empresa.

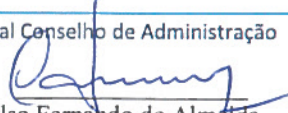
18 – Acontecimentos subsequentes

Faleceu no passado dia 10 de Fevereiro o Eng. António Carlos Fragoso de Rhodes Domingos, Presidente do Conselho de Administração até à data.

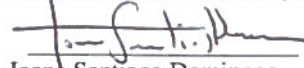
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

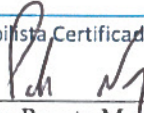
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

19 - Divulgações exigidas pela Autoridade de Supervisão Financeira

19.1 Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por Natureza	2017	2016
Numerário/ Cheque/ Transferência	2 971 838,40	2 844 416,05

Por Tipo	2017	2016
Comissões de Seguro	2 851 918,68	2 740 189,39
Comissões de Resseguro	28 710,43	104 226,86
Fee's	91 209,29	0,00

19.2 Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por ramo "Vida", fundos de pensões e conjunto dos "Não Vida" e por origem (por empresas de seguros, outros mediadores clientes)

Por Ramos	2017	2016
Vida	54 904,61	64 326,80
Não Vida	2 797 014,07	2 675 862,59
Resseguro	28 710,43	104 226,86
Fee's	91 209,29	0,00
Total	2 971 838,40	2 844 416,25

Por Origem	2017	2016
Empresas de Seguros	2 880 344,81	2 807 161,90
Mediadores	284,30	37 254,35
Outras entidades	91 209,29	0,00
Total	2 971 838,40	2 844 416,25

19.3 Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível das empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

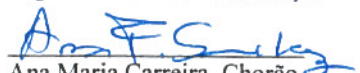
Seguradora	Valor 2017	Valor 2016	% 2017	% 2016
	(*)		(*)	
Fidelidade Mundial	1 499 651,19	1 173 561,44	50,46	42,83

(*) Bruto de co.seguro

19.4 Valores de contas Clientes no início e no final do exercício

	2017	2016
Saldo Inicial	174 754,82	(70 538,14)
Movimentos a débito	19 677 857,21	20 445 624,83
Movimentos a crédito	19 893 310,08	20 341 408,15
Saldo Final	(40 698,05)	174 754,82

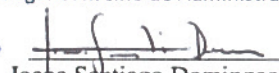
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

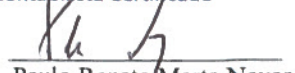
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

19.5

Contas e receber e a pagar por origem

	A receber 2017	A pagar 2017	A receber 2016	A pagar 2016
Tomadores de Seguros	0,00	197 780,44	3 156,73	76 743,91
Empresas de Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadores	15 750,23	0,00	14 202,76	4 436,70
Outras quantias	360 910,91	781 592,06	876 357,20	734 155,83
Total	376 661,14	979 372,50	893 716,69	815 336,44

19.6

Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

19.6.1

Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros

	2017	2016
Fundos	197 780,44	76 743,91

19.6.2

Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

	2017	2016
Prémios cobrados	19 778,04	7 674,39

19.7

Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros documentos de crédito e, salvo se impraticável uma estimativa do seu justo valor

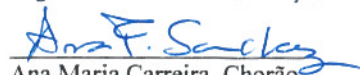
- Existe uma caução bancária de 18 760,00€ [alínea d) do número 1 do artigo 19º do Decreto-Lei 144/2007 de 31 de Julho];

19.8

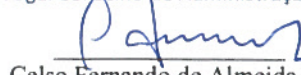
Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor representam, cada uma, mais de 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira

Seguradora	% 2017	Seguradora	% 2016
	%		%
Fidelidade	50,46	Fidelidade	42,83
Seguradoras Unidas	10,17	AIG	14,37
Zurich	9,53	Tranquilidade	11,29
AIG	7,82	Zurich	3,58
Generalli	7,78	Generalli	5,47
Victória	2,79	Victória	2,45
Ageas	2,32	Ageas	2,27
Allianz	1,80	Açoreana	2,10
Mapfre	0,68	Allianz	1,46
Liberty	0,58	Mapfre	0,80

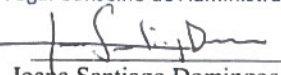
Vogal Conselho de Administração


Ana Maria Carreira Chorão
de Carvalho Formosinho Sanchez

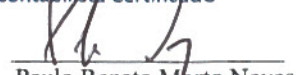
Vogal Conselho de Administração


Celso Fernando de Almeida
Cardoso do Amaral

Vogal Conselho de Administração


Joana Santiago Domingos

Contabilista Certificado


Paulo Renato Marta Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CREDITE EGS- Corretores de Seguros, SA (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 2.381.688 euros e um total de capital próprio de 1.009.288 euros, incluindo um resultado líquido de 269.344 euros, a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CREDITE EGS- Corretores de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de Março de 2018

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160445



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas, da CREDITE EGS- Corretores de Seguros, SA

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 relativos à CREDITE EGS- Corretores de Seguros, SA.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a atividade da entidade através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada, datada de 29 de Março de 2018.

4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 29 de Março de 2018

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490
Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160445